

## Rating

**BB+**

Vulnerável no curto prazo para honrar compromissos financeiros, porém há incertezas relativas a condições adversas de negócios e econômicas.

Risco médio de *default*.

Data: 09/mar/2007

**Sobre o Rating:****Perspectiva: Estável****Observação: -****Histórico:**

Mar/07: Atribuição BB+

**Última Revisão: -****Próxima Revisão: em 6 meses****Data-base: -****Validade: -**

Analista responsável:

Alex Agostini  
Tel.: 55 11 3377 0710  
alex.agostini@austin.com.br

Austin Rating Serviços Financeiros  
Rua Leopoldo Couto Magalhães,  
110 – conj. 73  
São Paulo – SP  
CEP 04542-000  
Tel.: 55 11 3377 0707  
Fax: 55 11 3377 0739  
www.austin.com.br

## FUNDAMENTOS DO RATING

O Comitê de Classificação de Risco da Austin Rating, em reunião realizada no dia 09 de março de 2007, atribuiu o *rating* **BB+** de longo prazo, em escala nacional, ao Estado do Rio Grande do Sul.

A atribuição do *rating* fundamenta-se na situação vulnerável da capacidade do Governo do Estado de honrar seus compromissos financeiros, observando principalmente seu elevado nível de endividamento e moderado nível de capacidade de arrecadação tributária devido ao modesto crescimento econômico do Estado e aos incentivos fiscais concedidos pelo programa RS Competitivo.

Há também como fatores impeditivos de uma classificação melhor, o baixo dinamismo da economia gaúcha, em decorrência da valorização do Real que afeta a rentabilidade e competitividade dos setores exportadores, bem como o elevado grau da dívida fundada do Estado, que fechou 2006 em R\$ 31,8 bilhões e desde 1998 consome, em média, 20% do PIB gaúcho.

Outros fatores que determinaram a atribuição da classificação foram: (i) rapidez e transparência na divulgação das informações financeiras de receitas e gastos disponíveis periodicamente no portal do governo na internet, com a defasagem de relatórios analíticos importantes; (ii) cumprimento de parte dos indicadores de desempenho da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com destaque negativo para a relação Dívida Consolidada Líquida (DCL) sobre a Receita Corrente Líquida (RCL) que foi de 253,63% em 2006, ficando acima do teto determinado para o Estado de 248,49%, revelando o baixo comprometimento com a austeridade fiscal; (iii) baixo nível do comprometimento com pagamentos de juros e amortizações (apenas 5% ao ano em relação ao estoque da dívida); (iv) baixo nível de investimento nas áreas sociais como Educação e Saúde, que são importantes fontes de desenvolvimento e crescimento econômico de longo prazo; (v) crítica situação da infraestrutura logística – visto que 85% do transporte de cargas é realizado via rodoviário, mas 91,8% das rodovias (Estaduais, Federais e Municipais) não são pavimentadas –, fator este que, no médio prazo, aumenta a necessidade de realização de novos investimentos, incorrendo no deslocamento e concentração dos esforços da gestão fiscal, em detrimento da redução do elevado passivo contingente (déficit previdenciário e precatórios); e (vi) a base governista tem minoria na Assembléia Legislativa, portanto, amplia o risco político de implantação de medidas de interesse do Executivo, quanto à gestão das contas públicas do Estado.

A atribuição da classificação também considerou o cenário favorável quanto a expansão econômica e da renda per capita, visto o cenário macroeconômico esperado para os próximos anos. O cenário otimista para o Estado se concentra no setor agrícola por conta da onda crescente de consumo de grãos no cenário internacional, principalmente para a produção de etanol em larga escala nos EUA e na China, fato este que estimula o aumento do preço dessas *commodities* e pode se reverter em maior dinâmica na produção da região dado a maior rentabilidade e, portanto, maior potencial de arrecadação.

A modernização nos processos de arrecadação tributária com desenvolvimento de programas eletrônicos, reduzindo o nível de sonegação e custos operacionais, bem como elevando o nível de eficiência, é um ponto que pesa positivamente na avaliação da classificação.

Destacamos também o diferencial que o Estado apresenta quanto ao seu potencial produtivo na agropecuária, visto que é o principal produtor de grãos e máquinas e implementos agrícolas.

## PERSPECTIVA

Perspectiva **estável**. Essa perspectiva reflete a expectativa da Austin Rating de que o Estado do Rio Grande do Sul continuará empenhando esforços em políticas administrativas focadas não apenas no cumprimento dos indicadores fiscais contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas também na contenção de despesas correntes, principalmente com pessoal. Aliado também às políticas de investimentos que melhorem o desempenho econômico da região, resultando em maior arrecadação. Dessa forma, a divulgação dos resultados das finanças do Estado nos próximos meses será determinante para uma melhora do *rating* face às medidas adotadas pela atual gestão.

A realização de uma profunda reforma focada nos passivos contingenciais, principalmente no sistema previdenciário e nas questões relacionadas aos precatórios e dívida fundada, ou uma mudança estrutural no sistema tributário, que elevasse de forma significativa a arrecadação do Estado, resultaria em uma elevação do *rating* atribuído.

Por outro lado, a persistência do déficit previdenciário crescente, bem como a ausência de uma política mais ousada para a redução do estoque da dívida fundada, do déficit previdenciário e do estoque de precatórios, como, por exemplo, redução do período médio das ações judiciais, que estão atualmente em 10 anos, são fatores que contribuem para a manutenção da atual classificação, bem como preserva o risco de um rebaixamento.

### Fatores Positivos

- Adoção de medidas emergenciais por parte do atual governo para conter o déficit estrutural com foco nas despesas;
- Maior transparência da gestão fiscal com adoção de sistemas para controle de gastos em projetos e de arrecadação;
- Bom nível de competitividade no setor agrícola, com destaque para a produção de grãos.

### Fatores Negativos

- Aumento das despesas com pessoal nos últimos anos e reajustes concedidos que oneram o orçamento corrente;
- Elevado e crescente déficit previdenciário e ausência de estratégia de reversão do quadro atuarial no médio prazo;
- Significativo estoque de precatórios (R\$ 4 bilhões) e baixos níveis de pagamentos correntes, sendo menos de 3,5% do estoque;
- Minoria da base aliada na Assembléia Legislativa, fator que reduz a previsibilidade quanto à política tributária;
- Baixo volume de amortizações, representando apenas 5% ao ano do estoque da Dívida Fundada;
- Precárias práticas administrativas nas questões relacionadas ao cumprimento da LRF, principalmente com as vinculações constitucionais (Educação e Saúde), que promovem e garantem o crescimento no longo prazo;
- Elevada necessidade de investimento em infra-estrutura rodoviária, principalmente por ser rota importante de ligação entre o Brasil e demais países do Mercosul.

## 1. ASPECTO SÓCIO-ECONÔMICO

O Estado do Rio Grande do Sul está situado na região Sul do Brasil e é formado por 496 municípios, com população estimada pelo IBGE em 10,75 milhões de habitantes para 2005 (5,8% do total Brasil), sendo mais de 84% urbana. Em 2004, a esperança de vida ao nascer da população gaúcha correspondia a 72,1 anos, ou 0,5 ano a mais que aquela verificada em 2000, revelando que houve pouca melhora das condições de vida na região em relação ao

avanço registrado por outros Estados.



Além do Rio Grande do Sul, a região Sul contempla os Estados do Paraná e Santa Catarina, e os três juntos representam 18,2% do PIB nacional e 14,6% da população brasileira. Segundo dados divulgados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, quarto no *ranking* do País, apresentou variação real de 2,7% em 2006, atingindo o valor de R\$ 156,0 bilhões. O IBGE, órgão oficial do governo federal que consolida e divulga dos dados do PIB dos Estados, calculou apenas o PIB até o ano de 2004.

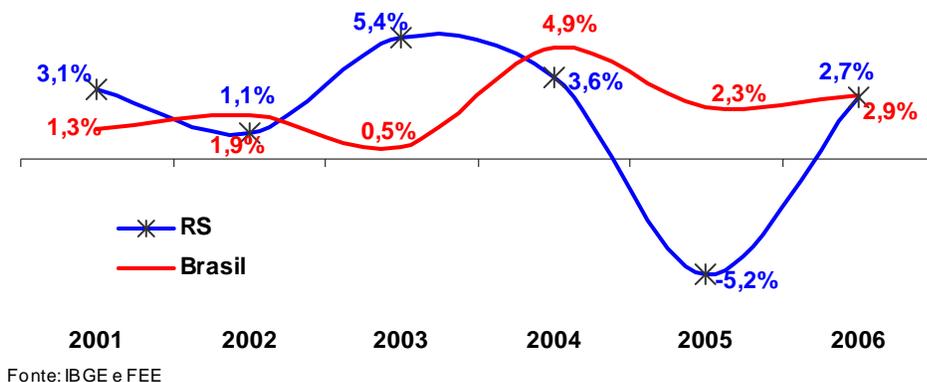
O PIB per capita, por sua vez, cresceu 1,6%, atingindo o valor de R\$ 14.227. A Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado projeta um crescimento de 4,5% para o PIB do Estado em 2007, consideravelmente superior à estimativa do mercado para o crescimento do PIB nacional (3,5%).

Na última década, o PIB per capita gaúcho aumentou significativamente, passando de R\$ 3.298, no ano de 1994, para R\$ 14.081 no ano de 2005, resultando em um crescimento médio nominal ao ano de 14,1%. O PIB per capita brasileiro, por sua vez, era de R\$ 2.232, tendo evoluído para R\$ 9.729 no ano de 2004, crescimento nominal médio de 14,3% ao ano.

A maior parte dos municípios gaúchos, que apresentaram melhores resultados em termos de crescimento do PIB, é predominantemente industrial e está concentrada no eixo Caxias do Sul - Porto Alegre - Santa Cruz do Sul, destacando-se: Porto Alegre, Canoas, Caxias do Sul, Triunfo, Gravataí, Novo Hamburgo, Rio Grande e Santa Cruz do Sul. Juntos, estes oito municípios respondem por 37,4% do PIB do Estado. Os municípios que apresentam maior PIB per capita são pouco populosos e apresentam significativa participação da indústria em sua economia.

A economia gaúcha possui uma associação com os mercados nacional e internacional superior a média brasileira, devido, principalmente, pelas *commodities* agrícolas. O desempenho da economia gaúcha tem oscilado, com defasagem ao desempenho da evolução da economia nacional e, inclusive, com variações mais bruscas para cima ou para baixo, conforme mostra o gráfico a seguir.

### PIB BRASIL E PIB DO RIO GRANDE DO SUL (Taxa de crescimento real)



Visto que há um cenário prospectivo de desempenho positivo da economia nacional para 2007, e os próximos anos, superior à média observada nos últimos 5 anos (2,5% ao ano), pode-se inferir que a economia gaúcha será beneficiada por esse cenário.

A participação do Estado no consumo interno era de 7,1% em 2004 (último dado disponível), ou seja, menos de quatro vezes que a participação de São Paulo, primeiro colocado com 36,1%. A renda per capita gaúcha foi estimada em R\$ 13,3 mil para 2004, representando 36,7% da região Sudeste, e ocupando a quarta colocação entre as maiores rendas do país, ficando atrás do Distrito Federal (R\$ 19,1 mil), Rio de Janeiro (R\$ 14,6 mil) e São Paulo (R\$ 13,7 mil).

#### 1.1. Diferencial competitivo

Embora a estrutura setorial do Rio Grande do Sul em 2005 confirme a forte participação do setor de Serviços, com o crescimento ocorrido durante as duas últimas décadas, a economia gaúcha tem sido impulsionada pelos setores da agropecuária e da indústria de transformação. Vale destacar que o Estado é o maior produtor de grãos, o segundo pólo comercial e o segundo pólo da indústria de transformação nacional.

O setor agropecuário do Rio Grande do Sul responde por 16,3% da economia do Estado. Em 2005, o setor foi o destaque positivo com um crescimento de seu Valor Adicionado Bruto (VAB) estimado em 19,9%, o que compensa parcialmente a queda de 17,5% ocorrida no ano anterior. Contudo, como, no ano de 2004, a agropecuária também havia sofrido uma queda, de 3,3%, o crescimento de 2006 ainda não é suficiente para que o setor primário retorne aos níveis de produção de 2003, quando houve expansão de 21,1%.

Dentre os principais produtos cultivados do Estado, todas, com exceção do trigo, apresentaram expansão na área colhida. Os destaques foram: aumentos na produção de soja (209,2%), milho (205,1%), mandioca (14,8%), arroz (11,2%) e fumo (9,8%) e a queda (-48,2%) na produção de trigo. Cabe registrar o expressivo aumento de produtividade nas lavouras de soja (198,8%) e de milho (109,9%). Para a produção animal gaúcha, a estimativa é de que apresente um crescimento de 1,0%.

A Indústria responde por pouco menos da metade da economia gaúcha, com 42,7%. Em 2005, ao contrário da agropecuária, apresentou variação negativa de 1,3%. Este é o segundo ano consecutivo de queda nesse setor, que, em 2005, havia registrado um declínio de 4,8% no seu VAB.

O setor de Serviços, por sua vez, representa 41,0% do PIB estadual. Em 2005, segundo dados preliminares, o setor apurou crescimento de 2,2%, com destaque positivo para a maioria das atividades: transportes e armazenagem (4,7%), comércio (3,4%) e administração pública (1,1%).

## - PIB RIO GRANDE DO SUL -

		1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
<b>PIB Brasil</b>	<b>(R\$ milhão)</b>	<b>349,2</b>	<b>646,2</b>	<b>778,9</b>	<b>870,7</b>	<b>914,2</b>	<b>973,8</b>	<b>1.101,3</b>	<b>1.198,7</b>	<b>1.346,0</b>	<b>1.556,2</b>	<b>1.766,6</b>
<b>PIB Rio Grande do Sul</b>	<b>(R\$ milhão)</b>	<b>31,1</b>	<b>53,7</b>	<b>63,3</b>	<b>69,2</b>	<b>70,5</b>	<b>75,5</b>	<b>85,1</b>	<b>94,1</b>	<b>104,5</b>	<b>128,0</b>	<b>142,9</b>
<b>1. PIB Rio Grande do Sul - Part.% no PIB Brasil</b>		<b>8,9%</b>	<b>8,3%</b>	<b>8,1%</b>	<b>7,9%</b>	<b>7,7%</b>	<b>7,7%</b>	<b>7,7%</b>	<b>7,8%</b>	<b>7,8%</b>	<b>8,2%</b>	<b>8,1%</b>
<b>1.1. Agropecuária</b>		<b>14,4%</b>	<b>14,2%</b>	<b>13,8%</b>	<b>12,3%</b>	<b>13,5%</b>	<b>13,3%</b>	<b>11,9%</b>	<b>14,5%</b>	<b>14,8%</b>	<b>18,7%</b>	<b>16,3%</b>
<b>1.2. Indústria</b>		<b>44,4%</b>	<b>36,7%</b>	<b>36,6%</b>	<b>39,6%</b>	<b>36,7%</b>	<b>37,5%</b>	<b>41,0%</b>	<b>40,0%</b>	<b>39,7%</b>	<b>40,3%</b>	<b>42,7%</b>
1.2.1. Extrativa Mineral		0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
1.2.2. Transformação		37,8%	30,0%	30,1%	32,4%	28,9%	30,5%	33,0%	32,5%	32,6%	33,8%	36,1%
1.2.3. SIUP (*)		1,6%	1,8%	2,1%	2,2%	2,3%	2,1%	1,9%	2,0%	2,0%	1,8%	1,8%
1.2.4. Construção		4,9%	4,8%	4,3%	4,9%	5,4%	4,7%	6,0%	5,4%	5,0%	4,6%	4,6%
<b>1.3. Serviços</b>		<b>41,2%</b>	<b>49,1%</b>	<b>49,6%</b>	<b>48,1%</b>	<b>49,9%</b>	<b>49,2%</b>	<b>47,1%</b>	<b>45,5%</b>	<b>45,5%</b>	<b>41,0%</b>	<b>41,0%</b>
1.3.1. Comércio		9,4%	11,9%	10,5%	10,1%	9,7%	9,8%	9,5%	9,4%	9,0%	9,2%	8,9%
1.3.2. Alojamento e Alimentação		1,1%	1,2%	1,2%	1,2%	1,3%	1,3%	1,3%	1,2%	1,1%	1,0%	1,0%
1.3.3. Transporte e Armazenagem		2,0%	1,6%	1,6%	1,8%	1,9%	1,8%	1,6%	1,6%	1,6%	1,6%	1,5%
1.3.4. Comunicações		0,7%	0,6%	0,9%	0,8%	1,0%	1,7%	1,7%	2,0%	2,0%	1,6%	1,6%
1.3.5. Financeiro		6,8%	5,3%	4,1%	4,0%	4,6%	4,6%	3,9%	4,2%	6,2%	4,7%	4,8%
1.3.6. Aluguel		6,1%	10,3%	12,8%	13,2%	14,0%	12,9%	11,9%	11,1%	10,1%	8,5%	8,1%
1.3.7. APU (**)		11,7%	14,1%	14,1%	12,5%	12,9%	12,8%	13,3%	12,2%	12,0%	11,2%	11,8%
1.3.8. Saúde e Educação		2,3%	2,5%	2,8%	2,8%	2,9%	2,7%	2,4%	2,2%	2,0%	1,8%	1,9%
1.3.9. Outros Serviços		0,7%	1,1%	1,1%	1,2%	1,2%	1,1%	1,1%	1,2%	1,1%	1,0%	1,0%
1.3.10. Serviços domésticos		0,4%	0,4%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,5%	0,4%

(\*) Serviços Industriais de Utilidade Pública

Fonte: IBGE

(\*\*) Administração Pública, Defesa e Seguridade Social

Elaboração: Austin Rating

## 1.2. Comércio exterior

O comércio exterior do Estado do Rio Grande do Sul encerrou o ano de 2006 com superávit de US\$ 3,83 bilhões, fruto de exportações de US\$ 11,77 bilhões e importações de US\$ 7,45 bilhões. As exportações do Rio Grande do Sul responderam por 8,6% das exportações brasileiras e por 8,7% das importações no ano passado.

Considerando os principais Blocos Econômicos, a União Européia é o maior destino das exportações do Estado, com 18,2%, seguido pela Ásia com 15,8%, pelos Estados Unidos com 15,1%, e pelo Mercosul com 14,0% das exportações gaúchas.

Individualmente, o maior mercado são os Estados Unidos, mesmo tendo baixado sua participação de 18,2% em 2005 para 14,9% das exportações gaúchas em 2006. Em segundo lugar está a Argentina com 9,3%, que também diminuiu sua participação nas exportações gaúchas em relação a 2005 (10,2%).

A pauta de exportações do Rio Grande do Sul contempla participação importante de produtos industrializados (semi ou manufaturados), como fumo, calçados, soja, carnes e óleo de soja, o que demonstra que a composição da pauta de exportações gaúcha mudou bastante nos últimos anos, se for levado em conta que os produtos básicos respondiam por mais da metade da pauta de exportações no início da década de 80.

Nas importações realizadas pelo Estado em 2006, sobressaem-se as realizadas para os países da África que representam 34,4% do total, com um acréscimo de 14,2% de 2005 para 2006. Em segundo lugar aparecem os países do Mercosul com 30,7%, principalmente a Argentina, que responde por 28,4%. A seguir estão a União Européia, com 11,2% e Ásia com 9,5% das importações gaúchas.

Deve-se ressaltar que as importações realizadas dos países do Mercosul vêm aumentando nos últimos anos, tendo passado de 26,6% do total em 2005 para 30,7% em 2006. Por outro lado, os países africanos vêm diminuindo sua participação nas importações, tendo passado de 35,8% em 2005 para 34,4% em 2006.

Os principais itens da pauta de importação estão vinculados à entrada de combustíveis, óleos e produtos químicos e minerais, autoveículos, máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, adubos, fertilizantes e trigo.

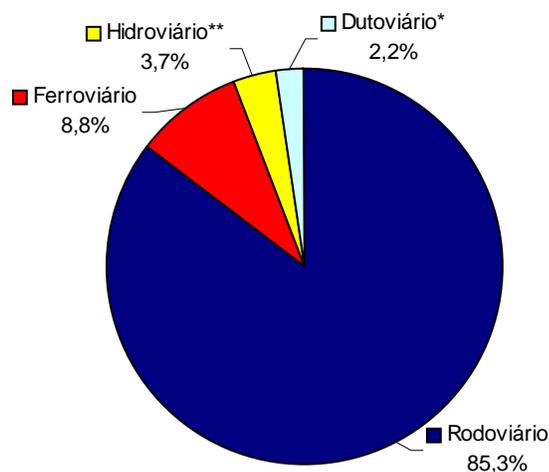
### 1.3. Infra-estrutura

A infra-estrutura do Rio Grande do Sul voltada ao setor produtivo e de logística ainda está em um nível de desenvolvimento, sendo necessários importantes aportes de capital para ampliar a competitividade do Estado em relação a seus pares.

O sistema de transportes é diversificado, resultado das condições naturais e da história econômica e cultural do Estado. A exemplo do Brasil, o Rio Grande do Sul possui uma matriz de transportes baseada no transporte rodoviário. Considerando a relação do volume de cargas transportadas pelas distâncias, as rodovias são responsáveis por 85,3% do total transportado, quantidade bem superior à média brasileira que é de 68,6%.

A movimentação de passageiros e cargas faz-se predominantemente por rodovias, que interligam as várias regiões do Estado, bem como aos outros estados brasileiros e aos países do Mercosul. Devido à sua localização estratégica, passa pelo Estado boa parte das transações comerciais entre o Brasil e o bloco de países do Mercosul, principalmente a Argentina. Com isso, rodovias como a BR 101 e BR 290, entre outras, enfrentam um tráfego pesado de cargas movimentadas.

#### Matriz Modal do Rio Grande do Sul - 2005



Fonte: SCP

(\*) Apenas petróleo cru e derivados

(\*\*) Não inclui cabotagem marítima

Elaboração: Austin Rating

O sistema rodoviário é responsável pela maior parte da carga transportada e pela quase totalidade do transporte de passageiros. O Estado possui 153.960 km de rodovias, sob jurisdição federal, estadual ou municipal.

A malha rodoviária pavimentada do Estado é de 12.608 km, ou 8,2% do total, sendo que destes, 6.593 km correspondem a rodovias estaduais, 5.316 km a federais e 699 km são municipais. Ou seja, 91,8% das estradas não são pavimentadas, sendo sua maior parte de responsabilidade da esfera municipal (136.556 km).

## CARACTERÍSTICAS DAS RODOVIAS NO RIO GRANDE DO SUL - 2004

TIPO	Estaduais		Federais		Municipais		TOTAL	
	Em km	Part. % / Total	Em km	Part. % / Total	Em km	Part. % / Total	Em km	Part. % / Total
Pavimentada	6.593	59,8%	5.316	93,6%	699	0,5%	12.608	8,2%
Não pavimentada	4.430	40,2%	366	6,4%	136.556	99,5%	141.352	91,8%
<b>Total</b>	<b>11.023</b>	<b>-</b>	<b>5.682</b>	<b>-</b>	<b>137.255</b>	<b>-</b>	<b>153.960</b>	<b>-</b>

Fonte: Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado-RS

Elaboração: Austin Rating

O Rio Grande do Sul possui hoje uma malha de 3.259 km de linhas e ramais ferroviários, utilizada para o transporte de cargas. Atualmente, alguns trechos das ferrovias estão sem operação regular e os terminais ferroviários que apresentam maior concentração de cargas localizam-se nas proximidades da Região Metropolitana de Porto Alegre, em Passo Fundo, Cruza Alta e Uruguaiana. Os principais produtos transportados são combustíveis, adubos e soja.

O Rio Grande do Sul apresenta importante malha hidroviária, concentrada no leste do Estado nas bacias hidrográficas do Guaíba e Litorânea. A principal rota hidroviária do Estado é Porto Alegre - Rio Grande, que apresenta calado de 5,2 metros. As cargas mais significativas transportadas por Rio Grande do Sul são os produtos petroquímicos, derivados de petróleo, farelo e óleo de soja, celulose, fertilizantes, sal, clínquer e bobinas de papel.

O porto de Rio Grande é referência para os países do Mercosul, e também o principal ponto de multimodalidade do Estado, fazendo com que parte do sistema rodoviário e ferroviário gaúcho tenha a região como ponto de entroncamento. Rio Grande está consolidado como o segundo maior porto brasileiro em movimentação de contêineres e o terceiro em movimentação de cargas, com volume geral de cargas que, em 2005, chegou a 18 milhões de toneladas.

O Aeroporto Internacional Salgado Filho, localizado em Porto Alegre é o principal aeroporto do Estado. Sua movimentação média é de 2,8 milhões de passageiros/ano, envolvendo uma movimentação de 64 mil aeronaves/ano. A movimentação de cargas por via aérea atinge 47 milhões de kg/ano. O mais novo terminal de passageiros, concluído em setembro de 2001, tem capacidade para atender uma demanda de até 4 milhões de passageiros/ano, podendo receber até 28 aeronaves de grande porte, simultaneamente.

### 1.4. Educação e Saúde

O Estado do Rio Grande do Sul mantém bom nível de escolaridade com 85,3% da população alfabetizada, superior ao índice observado no Brasil de 84,4%. A taxa de analfabetismo também é inferior a do Brasil, sendo 6,7% contra 10,9%. O nível de escolaridade do Estado é relativamente positivo, refletindo em necessidades decrescentes de investimentos ao longo do tempo, sendo, primordialmente, desenvolver políticas para canalizar os investimentos em Educação básica para reduzir a taxa de analfabetismo.

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) do Estado, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos classificados em quatro blocos temáticos: Educação; Renda; Saneamento e Domicílios; e Saúde, e foi inspirado no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), obteve 0,757 em 2003(último dado disponível), apresentando o maior crescimento anual (0,49%) já registrado para esse índice. O desempenho é reflexo da menor mortalidade infantil do Brasil e das boas taxas de alfabetização, sendo as condições de saneamento básico e saúde ainda focos de empenho da gestão pública.

A expectativa de vida no Estado do Rio Grande do Sul, por sua vez, passou de 70 anos em 1971 para 77,4 anos em 2004, uma das mais longevas do país.

**INDICADORES SOCIAIS E DE INFRA-ESTRUTURA BÁSICA (2005)**

SETOR	INDICADOR	RIO GRANDE DO SUL		BRASIL	
		Quantidade	Part. % / Total	Quantidade	Part. % / Total
POPULAÇÃO	População residente (1º julho)	10.845.803	-	180.921.139	-
	Habitantes por domicílio	3,1	-	3,5	-
	Natalidade infantil (por mil) (*)	14,4	-	20,4	-
	Mortalidade infantil (por mil) (*)	13,2	-	25,8	-
INFRA-ESTRUTURA	Total de domicílios permanentes	3.465.546		52.280.968	
	abastecimento de água	2.931.774	84,6%	47.778.877	91,4%
	Esgoto sanitário	2.796.258	80,7%	50.248.644	96,1%
	Iluminação elétrica	3.426.597	98,9%	51.559.283	98,6%
	Telefone	3.063.620	88,4%	37.973.938	72,6%
	Coleta de lixo	3.033.905	87,5%	41.787.758	79,9%
EDUCAÇÃO	Taxa de analfabetismo	-	6,7%	-	10,9%
	População Alfabetizada	9.248.381	85,3%	152.740.402	84,4%
	Sem instrução e menos de 1 ano	529.592	5,7%	16.544.614	10,8%
	1 a 3 anos de estudo	1.086.328	11,7%	21.491.304	14,1%
	4 a 7 anos de estudo	3.487.728	37,7%	47.646.385	31,2%
	8 a 10 anos de estudo	1.560.023	16,9%	24.672.514	16,2%
	11 a 14 anos de estudo	1.956.652	21,2%	33.025.959	21,6%
	15 anos ou mais de estudo	583.827	6,3%	8.576.360	5,6%
	Não determinados e sem declaração	44.231	0,5%	783.266	0,5%
Estudantes com ensino superior	nd	-	4.177.807	2,7%	
SAÚDE	Estabelecimentos de Saúde	4.601	-	77.004	-
	Públicos	2.475	53,8%	45.089	58,6%
	Privados	2.126	46,2%	31.915	41,4%

Fonte: IBGE / PNAD-2005

Elaboração: Austin Rating

**2. RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS**
**2.1. Sistema de governo**

O sistema de governo usado no Brasil é o presidencialismo. O nível de poder mais alto é o do presidente, seguido pelo vice-presidente, ministros, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O sistema presidencialismo é regido pela Constituição da República Federativa do Brasil e considerado um dos mais modernos regimes de governo onde a democracia (direito de todo cidadão participar, criticar e dar sugestões) é amplamente divulgada.

O Estado do Rio Grande do Sul, como as demais 25 unidades da federação e o Distrito Federal, tem sua

administração independente, submetidos apenas à Constituição Federal Brasileira, ao código de leis brasileiras e a sua própria constituição estadual. O Estado é autônomo, porém não soberano, pois somente a República Federativa do Brasil possui soberania.

A atual governadora, Yeda Crusius, eleita no pleito de 2006, tem total legitimidade política para assumir seu mandato até 2010, não havendo qualquer tipo de acusação contra ela que pudesse colocar em risco seu mandato como, por exemplo, acusação de corrupção ou outras acusações do gênero.

Com Yeda, o PSDB chega pela primeira vez ao comando do Estado gaúcho e representa mudança estrutural na condução da gestão pública devido aos seus antecessores ser de outros partidos.

## 2.2. Assembléia Legislativa do Estado

A Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul conta com 55 deputados estaduais com o mesmo tempo de mandato do Presidente da República (4 anos). As atribuições constitucionais dos Deputados vão desde a elaboração de Leis, sobre a sanção do Governador, até a função de vigiar a administração pública para impedir que ocorram abusos, bem como dispor sobre matérias do sistema tributário estadual, instituição de impostos, taxas e contribuições, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública, empréstimos externos, etc.

A composição da Assembléia Legislativa do Estado, que vigorará na legislatura 2007-2010, é desfavorável ao governo eleito. Pois, além de seu partido (PSDB) deter uma pequena fatia das cadeiras: 5 eleitos com 9,1% do total; detêm o apoio do PSC, PL, PPS, PFL, PAN, PRTB, PHS, PTC, Prona e PT do B, totalizando pouco mais de 21% da base governista.

O atual governo gaúcho tem pouca previsibilidade política quanto às aprovações de medidas de seu interesse, aumentando, portanto, as incertezas futuras para o ajuste das contas públicas. Cabe ressaltar que dos dez partidos coligados a base governista, apenas dois (PPS e PFL) possuem cadeiras na Assembléia Legislativa do Estado.

## 3. CONTAS PÚBLICAS

### 3.1. Servidores públicos estaduais

Em 2005, o quadro de servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul, somente relacionados à Administração Direta, era formado por 174 mil ativos, 117,3 mil inativos e 1,7 mil pensionistas, totalizando 292,9 mil servidores (último dado disponível consolidado). Na comparação contra 2004 (294,8 mil) houve queda de 0,7% no quadro de pessoal.

A queda no quadro de servidores públicos observada na passagem de 2004 para 2005 revela o empenho do governo do Estado em reduzir as despesas correntes, beneficiado pelo aumento da produtividade. No entanto, uma redução mais acentuada pode interferir na qualidade/eficiência dos serviços prestados, incorrendo em novos investimentos em pessoal futuramente.

## QUADRO DE SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SERVIDORES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Var.% 2005 / 2004
Ativos	165.180	168.831	174.248	175.789	177.046	173.958	-1,7%
Inativos	108.417	109.327	110.968	114.314	116.137	117.280	1,0%
Pensionistas	1.927	1.914	1.812	1.742	1.656	1.663	0,4%
<b>TOTAL</b>	<b>275.524</b>	<b>280.072</b>	<b>287.028</b>	<b>291.845</b>	<b>294.839</b>	<b>292.901</b>	<b>-0,7%</b>

Fonte: SEFAZ-RS

Elaboração: Austin Rating

As despesas com pessoal da administração direta, que inclui as transferências a autarquias e fundações, atingiram R\$ 7.699,0 milhões em 2005 contra R\$ 7.086,05 milhões em 2004, crescimento nominal de 8,7%, acelerando seu ritmo de crescimento em relação ao valor observado na passagem de 2003 para 2004 (4,9%).

## DESPESA DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ANOS	Valores em R\$ milhões	Var.% no ano
2001	5.150	-
2002	5.903	14,6%
2003	6.753	14,4%
2004	7.086	4,9%
2005	7.699	8,7%

Fonte: SEFAZ-RS

Elaboração: Austin Rating

### 3.2. Orçamento estadual de 2007

O projeto de Lei Orçamentária do Estado para as áreas Fiscal e de Seguridade Social, prevê receita e fixa despesas para o exercício de 2007 no valor de R\$ 20,7 bilhões, sendo R\$ 18,3 bilhões para a Administração Direta (88,5%) e R\$ 2,4 bilhões para a Administração Indireta (Autarquias com 11% e Fundações com 0,46%).

As premissas macroeconômicas utilizadas para a elaboração do orçamento de 2007 foram: i) taxa de crescimento do PIB do Rio Grande do Sul da ordem de 4,5%; ii) taxa de inflação (IPCA) de 4,5% e IGP-DI médio de 3,74%; iii) taxa de câmbio de R\$ 2,32/R\$. As previsões utilizadas para a elaboração do Orçamento 2007 são constantes do Plano Plurianual 2004-2007 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no entanto, a taxa estimada para o PIB do Estado está muito acima do seu potencial observado nos últimos 10 anos (2,3%), bem como da média dos últimos cinco anos (1,3%). Para os anos de 2005 (-5,2%) e 2006 (2,7%), foram utilizados dados preliminares do PIB calculados pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), órgão vinculado à Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado.

Como nos demais Estados, boa parte da receita prevista no Orçamento advém da arrecadação do ICMS, que em 2005 representou 90,1% do total das receitas tributárias (R\$ 11,4 bilhões).

## QUADRO DE RECEITA E DESPESA DO ORÇAMENTO 2007 - RS

RECEITAS			DESPESAS		
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões	Part. %	DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões	Part. %
<b>1. Receitas Correntes</b>	20.145	97,4%	Pessoal e Encargos Sociais	9.970	48,2%
ICMS	12.445	61,8%	Outras Despesas Correntes	7.990	39,7%
IPVA	888	4,4%	Manutenção	4.300	21,3%
Retorno do FUNDEF	1.204	6,0%	Transf. aos Municípios	3.690	18,3%
Outras Receitas Correntes	5.608	27,8%	Serviço da Dívida	1.530	7,6%
<b>2. Receitas de Capital</b>	533	2,6%	Investimentos Amplos	954	4,6%
Operações de Crédito	360	67,4%	Reserva de Contingência	235	44,0%
Outras Receitas de Capital	174	32,6%	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>20.678</b>	<b>100,0%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>20.678</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SEFAZ-RS

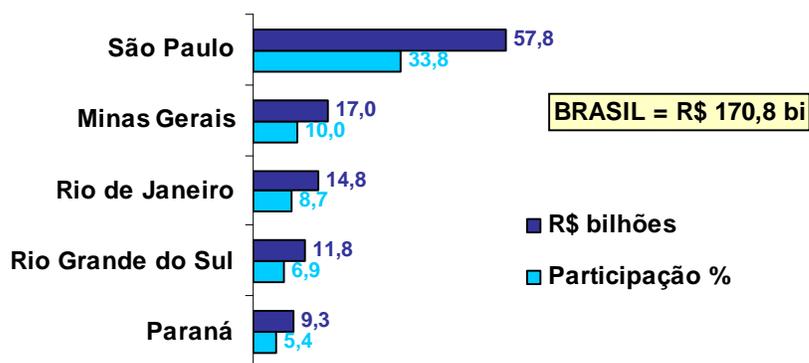
Elaboração: Austin Rating

### 3.3. Capacidade de arrecadação

O Estado é relativamente autônomo quanto sua capacidade de geração de receita (arrecadação), visto que aproximadamente 20% dos recursos do orçamento são de origem das transferências constitucionais realizadas pela União.

O orçamento do Estado se apóia, em grande parte, na arrecadação do ICMS, que é a principal fonte de recursos com R\$ 12,3 bilhões em 2006, ou pouco mais de 90% do total das receitas tributárias e 61% do total das receitas do Estado. Em âmbito nacional, a arrecadação de ICMS do Estado representa 6,9% e ocupa a quarta maior do país.

### ARRECAÇÃO DE ICMS PRINCIPAIS ESTADOS

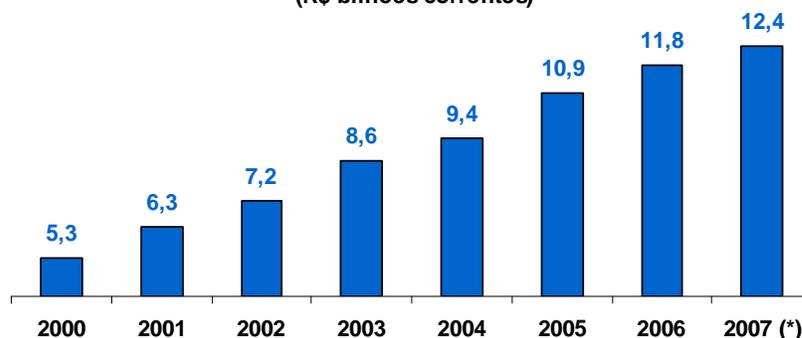


Fonte: Ministério da Fazenda

Elaboração: Austin Rating

Mesmo havendo declínio no crescimento do PIB em 2005, por conta do fraco desempenho da atividade agrícola, a arrecadação nominal do ICMS se manteve em trajetória crescente, revelando que houve maior dinâmica dos setores de Serviço e Indústria. Houve também a recuperação de créditos por conta dos programas REFAZ I e II, ocorridos em 2003, permitindo que não ocorresse queda brusca no nível de arrecadação que refletisse em deterioração das contas fiscais.

### ARRECAÇÃO DE ICMS (R\$ bilhões correntes)



Fonte: SEFAZ-RS

Elaboração: Austin Rating

As perspectivas econômicas quanto ao setor agropecuário, com destaque ao setor da agricultura, é muito favorável ao processo de arrecadação do Estado. O cenário macroeconômico vislumbra um forte aumento da demanda de grãos, em particular o Milho, para a produção de etanol nos Estados Unidos e na China. Com isso, há expectativas de que o preço do produto seja elevado, refletindo de forma positiva no desenvolvimento da região via renda e emprego, produzindo efeitos secundários importantes no *front* da arrecadação tributária.

Atualmente, está em discussão no Planalto uma proposta de reforma tributária que alteraria a forma de tributação do ICMS, passando a ser feita no destino ao invés da origem, como é feito hoje. Em virtude do Estado “importar” muitos bens industrializados e “exportar” produtos básicos, pois é um dos principais produtores de grãos do país, caso essa proposta seja aprovada será um fator negativo, devendo registrar perda de receita ao longo do tempo.

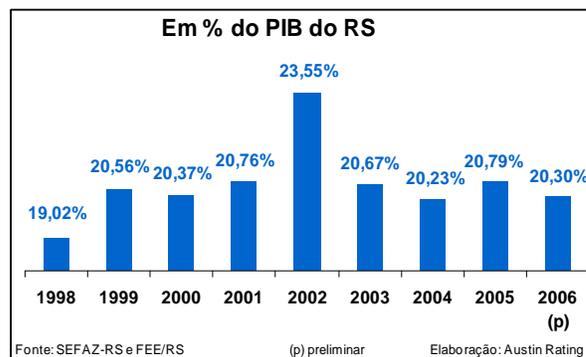
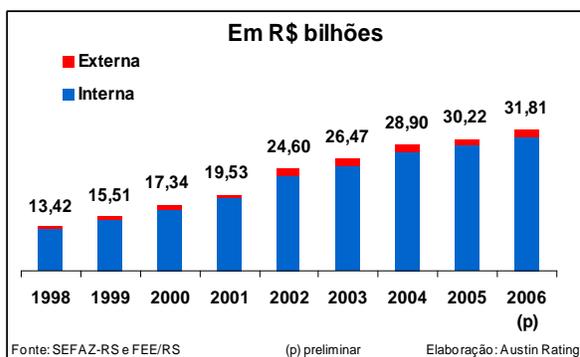
Outra importante fonte de receitas tributárias do Estado é a arrecadação do IPVA, que responde por 4,3% do total das receitas tributárias, ou R\$ 888 milhões. No Estado do Rio Grande do Sul, a frota de autoveículos era de 1,939 milhão em 2005, ou 8,42% da frota nacional, ocupando a quinta colocação. Quanto à frota de automóveis de passeio, a participação do Estado é sobre para 8,54%, ou 1,569 milhão de veículos. Vale constar que a frota brasileira de autoveículos (automóveis, veículos leves, caminhões e ônibus) foi de 23.023 mil em 2005, ocupando a 10ª colocação mundial.

Vale destacar que os valores expressos na proposta orçamentária de 2007 para a arrecadação de ICMS e IPVA estão em conformidade com o histórico recente, últimos quatro anos, não sendo observados movimentos de aceleração no ritmo de arrecadação. Portanto, contribui de forma moderada para uma melhora do equilíbrio fiscal do Estado.

#### 3.4. Realização das despesas

No grupo das despesas realizadas pelo Estado, além do grande empenho de recursos com Pessoal e encargos sociais, que representaram 49,6% da despesa de 2005, registrando recuo em relação aos anos de 2004 (51,4%) e 2003 (52,9%), há também a dívida fundada do Estado, que encerrou 2005 com 18,6% do PIB gaúcho, ou R\$ 30,2 bilhões. Dívida fundada são compromissos assumidos para amortização superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou a financiamento de obras e serviços públicos, apurados sem duplicidade.

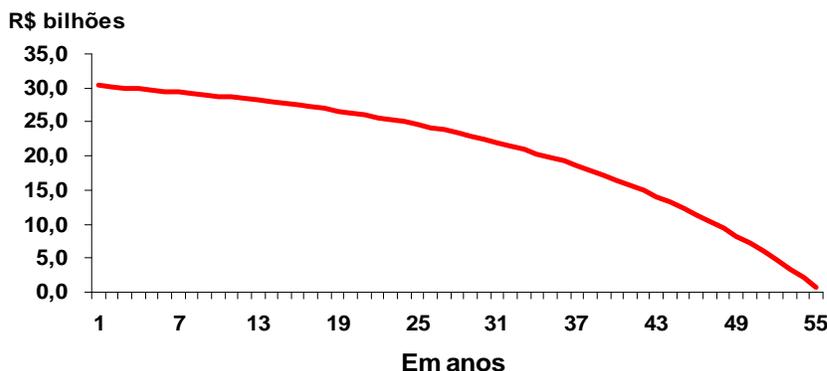
### ESTOQUE DA DÍVIDA FUNDADA DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DO RS



Com relação aos gastos com amortização da dívida, em 2005, último dado disponível, houve desembolso de R\$ 1,4 bilhão, ou apenas 4,75 do estoque da dívida. No orçamento de 2007, está previsto amortização de R\$ 1,5 bilhão.

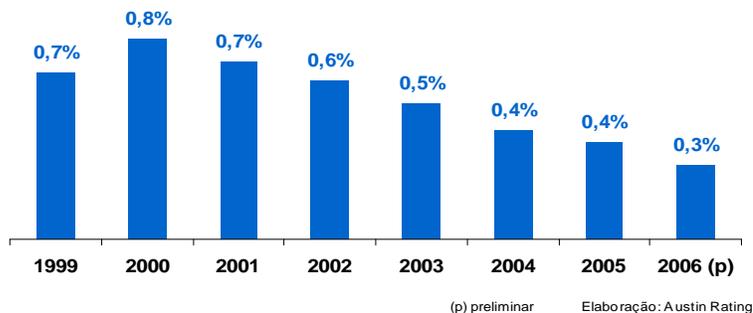
Considerando que o governo mantenha o ritmo de amortização da dívida da ordem de R\$ 1,5 bilhão por ano, além do pagamento de juros e correção monetária de 4,5% ao ano (inflação estimada IPCA), o Estado levaria ao menos 55 anos para zerar seu estoque da dívida fundada.

### REDUÇÃO DO ESTOQUE DA DÍVIDA FUNDADA



As dificuldades fiscais do Estado verificadas ao longo dos últimos anos têm reduzido a capacidade de investimento na economia, em decorrência da necessidade da realização de superávit primários para o pagamento da dívida fundada. Ou seja, uma das alternativas do governo para honrar seus compromissos foi contingenciar os investimentos. Em 1999, os investimentos representavam 0,7% do PIB, sendo reduzido para apenas 0,3% do PIB em 2006.

### INVESTIMENTOS PÚBLICOS (Em % do PIB do RS)



O baixo nível de amortização da dívida aliado à significativa redução dos investimentos refletem de forma negativa na classificação do *rating*. Isso porque, por um lado o endividamento permanece em nível elevado, consumindo um quinto do PIB do Estado, e por outro a redução dos investimentos diminui a dinâmica de crescimento econômico interferindo diretamente no nível de arrecadação. Haja vista que boa parte do endividamento deveu-se a coberturas de gastos correntes e não com investimentos para ampliar o potencial econômico do Estado.

#### 4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

##### 4.1. Resultado orçamentário

O governo do Estado do Rio Grande do Sul apurou R\$ 19,6 bilhões em receitas e R\$ 18,8 bilhões em despesas no ano de 2006, incorrendo em um superávit orçamentário de R\$ 820 milhões contra R\$ 721 milhões registrados em 2005.

Em 2006, a execução orçamentária revelou um desempenho muito mais negativo que positivo. Isso porque, enquanto as despesas com pessoal cresceram 11,8%, o pagamento de juros e encargos da dívida encolheu 2,9%. Apesar da situação crítica, pois dificulta o processo de ajuste fiscal, ainda foi possível destacar a recuperação dos investimentos em 2006, que cresceu 16% após apurar queda de 20,3% em 2005, movimento esse que está em conformidade com o processo eleitoral, pois a maioria dos governantes empenha maiores gastos no ano anterior ao pleito.

#### EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL RECEITA E DESPESA

DISCRIMINAÇÃO	valores a preços correntes (R\$ bilhões)						
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>RECEITAS TOTAL</b>	<b>9,59</b>	<b>10,72</b>	<b>12,70</b>	<b>15,36</b>	<b>16,09</b>	<b>18,12</b>	<b>19,61</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8,78</b>	<b>10,21</b>	<b>12,32</b>	<b>14,93</b>	<b>15,65</b>	<b>17,93</b>	<b>19,27</b>
RECEITA TRIBUTARIA	6,13	7,33	8,02	10,08	10,95	12,64	13,50
ICMS	5,31	6,34	7,21	8,60	9,36	10,90	11,54
IPVA	0,59	0,73	0,47	0,60	0,60	0,68	0,77
OUTRAS (TAXAS E CONTRIBUIÇÕES)	0,23	0,26	0,34	0,89	0,99	1,05	1,19
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	0,56	0,59	0,65	0,70	0,95	0,98	1,04
RECEITA PATRIMONIAL	0,19	0,17	0,24	0,34	0,19	0,26	0,39
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01	0,00	0,00
RECEITA DE SERVICOS	0,11	0,14	0,14	0,16	0,16	0,17	0,16
TRANSFERENCIAS CORRENTES	1,48	1,59	2,03	2,39	2,88	3,30	3,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,30	0,39	1,24	1,25	0,52	0,58	0,43
RECEITAS FINANCEIRAS (DÍVIDA ATIVA)	0,12	0,17	0,18	0,32	0,23	0,32	0,09
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,80</b>	<b>0,50</b>	<b>0,37</b>	<b>0,43</b>	<b>0,44</b>	<b>0,19</b>	<b>0,34</b>
OPERACOES DE CREDITO	0,30	0,13	0,14	0,28	0,23	0,13	0,03
ALIENACAO DE BENS	0,43	0,31	0,19	0,13	0,17	0,03	0,23
AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS	0,05	0,03	0,02	0,00	0,01	0,01	0,05
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	0,03	0,03	0,02	0,01	0,03	0,02	0,03
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS TOTAL</b>	<b>9,55</b>	<b>10,84</b>	<b>12,62</b>	<b>14,07</b>	<b>15,39</b>	<b>17,40</b>	<b>18,79</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>8,35</b>	<b>9,49</b>	<b>11,23</b>	<b>12,22</b>	<b>13,55</b>	<b>15,45</b>	<b>16,73</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5,08	5,76	6,87	7,46	7,83	8,53	9,53
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,23	0,24	0,27	0,27	0,28	0,29	0,29
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3,04	3,48	4,09	4,49	5,44	6,63	6,91
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1,20</b>	<b>1,35</b>	<b>1,39</b>	<b>1,85</b>	<b>1,84</b>	<b>1,95</b>	<b>2,07</b>
INVESTIMENTOS	0,27	0,27	0,34	0,50	0,57	0,45	0,53
INVERSOES FINANCEIRAS	nd	0,25	0,12	0,19	0,09	0,07	0,05
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,62	0,73	0,92	1,15	1,18	1,42	1,49
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,30	0,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT = (Receita - Despesa)</b>	<b>0,03</b>	<b>-0,12</b>	<b>0,08</b>	<b>1,29</b>	<b>0,69</b>	<b>0,72</b>	<b>0,82</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT (em % da Receita Total)</b>	<b>0,3%</b>	<b>-1,1%</b>	<b>0,6%</b>	<b>8,4%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>	<b>0,0%</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-0,59</b>	<b>-0,22</b>	<b>0,38</b>	<b>0,50</b>	<b>0,06</b>	<b>0,46</b>	<b>0,45 (p)</b>

(p) provável

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

Elaboração: Austin Rating

A Dívida Ativa (Tributária e Não-Tributária) representando os créditos vencidos do Estado perante contribuintes e outros devedores, apresenta o montante de receita que, por não ter sido arrecadada, foi inscrita como crédito com vista a realizações futuras.

No final de 2005, o estoque desses créditos estava em R\$ 13,88 bilhões e representava 40,9% dos ativos reais, devendo ter atingido R\$ 15 bilhões em 2006, constituindo um ativo importante no patrimônio do Estado. A receita arrecadada com Dívida Ativa atingiu R\$ 87,1 milhões em 2006, representando 0,5% do total das Receitas Correntes, valor inferior ao mensurado em 2005: R\$ 315 milhões e 1,8% das Receitas Correntes.

## ESTOQUE E COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA DO ESTADO DO RS

POSIÇÃO EM	ESTOQUE R\$ milhões	COBRANÇA R\$ milhões
01.01.2001	6.346,2	118,4
01.01.2002	7.118,3	170,5
01.01.2003	8.462,5	183,2
01.01.2004	10.458,9	316,9
01.01.2005	12.534,9	228,5
01.01.2006	13.880,7	315,3
<b>31.12.2006</b>	<b>15.000,0</b>	<b>87,1</b>

*Nota: Valores nominais correntes*

### 4.2. Resultado Primário e evolução dos indicadores fiscais

Os números já divulgados da execução orçamentária de 2006 revelam que o Estado encerrou o ano com superávit primário da ordem de R\$ 450 milhões, que foi pouco inferior aos R\$ 460 milhões apurados em 2005. Em relação ao PIB do Estado, o superávit apresentou ligeira queda em 2006 (0,29%) contra 2005 (0,32%).

O Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa do Estado apresentou déficit de R\$ 5,07 bilhões em 2006, ou 38,1% da receita líquida, sendo esse o pior desempenho entre todos Estados e o DF. O governo recém eleito declarou que, primeiramente, deverá empenhar forças para zerar o déficit e, num segundo momento, reduzir o passivo acumulado.

Quanto à relação Saldo em Caixa sobre Restos a Pagar, com base nos dados disponíveis somente até 2005 no site do Estado, apresentou resultado de 1,25 unidade, o que significa total capacidade de pagamento dos passivos contingenciais. Entretanto, do total da Disponibilidade Financeira 72% estão em contas vinculadas, ou seja, com nível muito baixo de liquidez e com algum passivo em contrapartida.

O desempenho dos indicadores fiscais do Estado do Rio Grande do Sul revela que as despesas correntes têm crescido mais que as receitas correntes, incorrendo na ampliação do descompasso quanto ao ajuste fiscal. O agravante é que o aumento das despesas correntes ocorreu na rubrica "Pessoal e Encargos sociais", e houve declínio em "Juros e Encargos da dívida". Ou seja, Em 2006, ao contrário de empenhar esforços na redução dos gastos com o funcionamento da máquina administrativa e amenizar a situação dos encargos financeiros, o governo do Estado optou pelo inverso.

Houve também forte redução no ritmo de crescimento de pagamento das amortizações da dívida, passando de 20,5% em 2005 para 4,9% em 2006. Esse é um fator negativo ao equilíbrio das contas públicas. O destaque positivo ficou por conta do avanço de 16% nos investimentos em 2006 após apurar queda de 20,3% em 2005.

## INDICADORES FISCAIS TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL

INDICADOR	2001	2002	2003	2004	2005	2006
PIB (em R\$ bilhões correntes)	94,08	104,45	128,04	142,87	nd	nd
PIB	3,1%	1,1%	5,4%	3,6%	-5,2%	2,7%
Receitas Total	11,8%	18,5%	21,0%	4,7%	12,6%	8,2%
Receita Corrente	16,3%	20,6%	21,1%	4,8%	14,6%	7,5%
Receita Tributária	19,7%	9,3%	25,8%	8,5%	15,4%	6,8%
Receita de Capital	-37,5%	-26,1%	16,2%	1,2%	-57,3%	81,6%
Despesas Total	13,5%	16,4%	11,5%	9,4%	13,0%	8,0%
Despesa Corrente	13,6%	18,4%	8,8%	10,9%	14,0%	8,3%
Despesa de Capital	12,5%	2,9%	33,3%	-0,8%	6,0%	6,2%
Pessoal e Encargos Sociais	13,4%	19,2%	8,7%	5,0%	8,9%	11,8%
Juros e Encargos da Dívida	7,5%	12,1%	-1,6%	3,9%	4,7%	-2,9%
Amortização da Dívida	16,7%	26,8%	24,8%	2,1%	20,5%	4,9%
Investimentos	-0,7%	24,9%	47,9%	13,2%	-20,3%	16,0%
Resultado Primário	-0,22	0,38	0,50	0,06	0,46	0,45 (p)
Resultado Primário (% do PIB)	-0,24%	0,36%	0,39%	0,04%	nd	nd

nd - não disponível

Fonte: IBGE e Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - Sistema AFE

Elaboração: Austin Rating

A análise da evolução dos indicadores fiscais permite concluir que há claramente uma elevação no nível de risco financeiro no Estado, com destaque tanto pela redução do ritmo de crescimento da arrecadação, quanto pela aceleração no ritmo de crescimento das despesas correntes, bem como pelo recuo no nível de pagamento juros e encargos da dívida.

Os desempenhos dos indicadores fiscais contidos na execução orçamentária refletem de forma negativa na classificação do *rating* em decorrência do desequilíbrio verificado entre o avanço das despesas e diminuição das receitas.

### 5. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

A Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, obrigando-se o gestor a agir com transparência e de forma planejada mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas e o controle como premissas básicas.

O Art. 42 da LRF reforça o rigor na gestão fiscal: "É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito."

**RELATÓRIOS EXIGIDOS PELA LRF**
**Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO**

Esses relatórios são de responsabilidade do Poder Executivo e devem ser publicados a cada dois meses.

**Relatório de Gestão Fiscal – RGF**

Esses relatórios são de responsabilidade de cada Poder e órgão (Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas e Ministério Público) e devem ser publicados a cada quatro meses.

Essa Lei também impõe limites para determinadas despesas, sempre tomadas em relação à **RCL (Receita Corrente Líquida = receita corrente total – parcela entregue aos municípios – contribuições dos servidores para a previdência social)**, conforme quadro a seguir:

Tipo de Despesa	Limite
<b>Pessoal e Encargos Sociais</b>	<b>Despesa total com pessoal de todos os poderes do Estado de até 60% da RCL</b> , cabendo a cada um: <b>Assembléia Legislativa:</b> até <b>1,44%</b> da RCL <b>Tribunal de Contas:</b> até <b>1,56%</b> da RCL <b>Tribunal de Justiça:</b> até <b>6,00%</b> da RCL <b>Ministério Público:</b> até <b>2,00%</b> da RCL <b>Poder Executivo:</b> até <b>49,00%</b> da RCL <b>Total</b> <b>60,00% da RCL</b>
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>Máximo de duas vezes a RCL</b>
<b>Concessão de Garantias</b>	<b>Total de garantias concedidas / RCL = no máximo 22%</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>Total de operações de crédito firmada / RCL = no máximo 16%</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>No máximo, a mesma proporção entre esses gastos e a RCL apurada no exercício de 1999.</b>

## 5.1. Indicadores de desempenho da LRF

O governo do Estado publicou em novembro do ano passado, o Relatório de Gestão referente ao período 2003-Nov/06 e histórico dos anos anteriores para efeito de comparação. O relatório mostra que houve cumprimento de alguns indicadores de desempenho conforme os limites determinados pela LRF.

É importante notificar que o Governo do Estado não publicou o Relatório de Gestão Fiscal que apresenta o Demonstrativo Consolidado da Despesa Com Pessoal para os anos de 2006, 2002 e 2001 período de cobertura da LRF. Fato este que reflete negativamente na classificação do *rating*, visto que impossibilita a análise de um importante indicador de desempenho da LRF e dos gastos fiscais.

O cumprimento de apenas parte dos indicadores de desempenho da LRF revela que, mesmo havendo capacidade técnica na gestão e disposição do governo gaúcho em manter o equilíbrio das contas públicas, o quadro geral da situação é crítico.

A despesa com pessoal e encargos sociais respeitou o limite de 60% da RCL e ficou em 50,30% em 2005. No entanto, a despesa com pessoal do Poder Executivo ficou em 41,30% da RCL e respeitou tanto o limite legal de 49%

quanto o limite prudencial de 46,55%.

Quanto à relação Saldo de Caixa e Restos a Pagar, apesar de ter se mantido relativamente estável em 1,22 no ano de 2006, e resultando em total cobertura dos compromissos financeiros do Estado, boa parte das disponibilidades em caixa estão em contas vinculadas.

### INDICADORES DE DESEMPENHO DA L.R.F.

INDICADORES	LIMITES	Valores em % da RCL					
		2001	2002	2003	2004	2005	2006 (p)
Pessoal e Encargos sociais	< ou = 60% da RCL	nd	nd	59,32%	54,20%	50,30%	nd
Poder Executivo	< ou = 49% da RCL	49,58%	48,77%	48,69%	43,28%	40,03%	41,30%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	< ou = 200% da RCL	272,74%	295,29%	280,00%	282,70%	257,79%	253,63%
DCL = Limite para o RS (*)	-	311,75%	267,89%	263,04%	258,19%	253,34%	248,49%
Concessão de Garantias	< ou = 22% da RCL	8,60%	9,60%	6,28%	5,48%	3,90%	2,99%
Operações de Crédito	< ou = 16% da RCL	1,67%	1,64%	2,92%	2,14%	1,03%	0,22%
Saldo de caixa / Restos a Pagar	> ou = 1	-	1,89	1,01	1,27	1,19	1,22
Vinculações Constitucionais - Educação	> ou = 30%	19,73%	29,99%	27,78%	21,10%	14,34%	14,50%
Vinculações Constitucionais - Saúde	> ou = 12%	6,34%	5,65%	5,52%	8,51%	7,58%	7,38%
Investimento	% da RCL	3,5%	4,0%	5,2%	5,3%	3,7%	4,0%
<b>Receita Corrente Líquida (RCL) - em R\$ bilhões</b>		<b>7,7</b>	<b>8,4</b>	<b>9,7</b>	<b>10,7</b>	<b>12,3</b>	<b>13,3</b>

(p) provável - nd: não disponível

(\*) O Limite definido pelo Senado Federal, conforme disposto na Resolução 40/2001, corresponde a 200% até 2016, sendo que o excesso verificado em 2001, de 72,74%, deve ser reduzido a razão de 1/15 por ano, ou 4,85% ao ano.

Fonte: Contadoria e Auditoria-Geral do estado - Sistema AFE

Elaboração: Austin Rating

A Dívida Consolidada Líquida (DCL) em relação a Receita Corrente Líquida (RCL) não ficou dentro dos limites determinados pela LRF. Em 2006, o limite era de 248,49% e o resultado final foi de 253,63%, revelando que a capacidade de pagamento do governo do Estado, apesar de ter melhorado nos últimos quatro anos, pelo declínio observado na relação DCL/RCL, ainda permanece em nível crítico.

Quanto aos limites das vinculações constitucionais para Saúde (12%) e Educação (30%), o Estado também não cumpriu o que determina a LRF. Além de não cumprir com a LRF, houve significativa redução dos recursos ao longo dos últimos anos, acentuando os problemas fiscais já evidenciados em outros indicadores de desempenho. É importante destacar que o investimento em Educação e Saúde aumenta o potencial de crescimento da economia no médio e longo prazo, e é um importante componente da capacidade de solvência futura.

Os investimentos, apesar de não serem indicadores de desempenho, servem para evidenciar a política de gastos empenhada e aplicações de recursos pelo governo do Estado nos últimos anos. Sendo assim, conclui-se que ainda há deficiência com relação ao nível de investimentos, visto que houve decréscimo nos últimos dois anos (2006-2005) mantendo o quadro de necessidade de investimento no médio prazo para manter o dinamismo e competitividade da economia gaúcha.

## 6. REEQUILÍBRIO FISCAL

O atual governo do Estado do Rio Grande do Sul divulgou recentemente um conjunto de medidas que visa reduzir o déficit fiscal estrutural do Estado da ordem de R\$ 2,2 bilhões por ano, e o foco será a redução das despesas. As medidas empenhadas são:

- **Regime de Caixa:** significa a autorização de gastos somente quando houver recursos disponíveis para efetua-los (ingresso de receitas compatíveis com despesas). Isso evita que haja repasses e pagamentos sem receitas efetivas, fato que aprofunda o déficit;

- **Centralização de dívidas:** a Secretaria da Fazenda irá centralizar e negociar todas as dívidas contraídas pelos órgãos do Governo até 31 de dezembro de 2006. Isso dará condições ao Governo de, ao fazer novos contratos, pagar em dia aos fornecedores, dentro do Regime de Caixa, e conseguir uma economia de até 30% no preço praticado pelos fornecedores;
- **Corte de 20% no valor de CCs:** significa que todas as Secretarias de Estado apresentaram em janeiro à Secretaria de Fazenda e a de Planejamento e Gestão, aonde farão os cortes nos Cargos Comissionados (CCs). A economia com essa medida está estimada da ordem de R\$ 8 milhões por ano;
- **Corte de 30% de custeio:** a Secretaria da Fazenda deve apresentar uma proposta de ajustamento da despesa para cumprimento da meta de redução de 30% da despesa. Levará em consideração as prioridades de cada secretaria depois de concluir as visitas da equipe a todas elas;
- **Suspensão de gastos ordinários por 100 dias:** via Decreto, o Governo suspenderá por 100 dias gastos com a celebração e renovação de contratos, convênios, diárias, aquisição de passagens, abertura de concursos, contratação de pessoal, entre outros. O Objetivo desta medida é evitar novos gastos que comprometam a execução orçamentária na fase inicial de governo, mantendo-se prioridades de manutenção de serviços públicos essenciais e do pagamento de salários. As exceções serão analisadas pela Secretaria da Fazenda, cabendo decisão final para a Junta de Coordenação Orçamentária;
- **Programa de Racionalização de Despesa:** apresentação de um Programa de Racionalização Permanente da Despesa, com participação da contadoria Geral do Estado e do Departamento da Despesa Pública, que atuará com uma visão de Tesouro do estado. Um grupo avaliará constantemente a eficiência e eficácia do gasto público, trabalhando com a análise de indicadores em diferentes grupos de despesas;
- **Transparência Orçamentária:** a partir de fevereiro, a Secretaria da Fazenda e de Planejamento e Gestão publicará, mensalmente, as metas orçamentárias de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Isto permitirá que a liberação de quotas orçamentárias, pela Secretaria de fazenda, ocorra de acordo o efetivo ingresso de receitas, respeitando a Lei.

## 7. INOVAÇÃO E EFICIÊNCIA NA GESTÃO

O Estado do Rio Grande do Sul tem inovado na área da gestão fiscal adotando sistemas eletrônicos para melhorar a eficiência tanto na base dos dispêndios quanto de arrecadação. Além da maior agilidade e transparência nos processos, que inibe a sonegação, um dos principais objetivos é racionalizar os recursos públicos com redução dos custos operacionais, bem como a redução dos preços pagos pelas unidades compradoras, melhorando os sistemas de controle internos e externos.

O Estado aderiu ao Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), que garantirá recursos de R\$ 23 milhões para a modernização da gestão pública a partir de 2007.

Com a introdução de novas tecnologias na gestão pública durante, o Rio Grande do Sul passou a ter um sistema de gerenciamento moderno, que permite avaliar a evolução de programas e projetos.

### 7.1. Sistemas de acompanhamento de projetos

**SIGPLAN-RS** – o Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (Sigplan RS) é uma ferramenta utilizada para o acompanhamento físico e financeiro e a avaliação dos indicadores e metas dos programas do Plano Plurianual. Permite o acompanhamento dos resultados de toda a ação de Governo. Com base em informações constantes no Sigplan, foram publicados dois Relatórios de Evolução dos Indicadores e das Metas do PPA 2004/2007 (relativos a 2005 e 2006) e divulgadas na Internet as Avaliações do PPA 2004-2007 relativas aos exercícios de 2004 e de 2005.

**SIAP-RS** – o Sistema de Acompanhamento de Projetos foi desenvolvido para o acompanhamento físico e financeiro dos Projetos Prioritários de Governo, permitindo maior visibilidade e qualificando as decisões gerenciais e os resultados das ações de Governo, incluindo a Consulta Popular.

## 7.2. Pregão Eletrônico

Em parceria com a Procergs e o Banrisul, a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos implantou, em outubro de 2003, o sistema de compras via Internet. O Pregão Eletrônico é mais ágil, transparente, eficiente e econômico.

Desde a sua implantação até o final de 2006, a economia estimada é de R\$ 71,6 milhões, com a previsão de efetivação de aproximadamente 1.470 pregões. A economia de recursos se deve à diferença entre os preços de mercado e os efetivamente praticados por meio dos pregões. O Pregão Presencial foi implantado em outubro de 2003. Em outubro de 2006, foi implantada a versão do sistema informatizado incorporando a modalidade Pregão Presencial, possibilitando padronização nos procedimentos e manutenção em uma mesma base.

## 7.3. Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)

O Estado também aderiu ao sistema de Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) em setembro de 2006. Esse sistema tem como objetivo a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para a substituição da sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel que acoberta as operações com mercadorias entre empresas reduzindo custos, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco. (Fonte: [www.sefaz.rs.gov.br/nfe](http://www.sefaz.rs.gov.br/nfe)).

### **Benefícios**

O Projeto NF-e instituiu mudanças significativas no processo de emissão e gestão das informações fiscais, trazendo grandes benefícios para os contribuintes, para a sociedade e para as administrações tributárias como, por exemplo:

- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
- Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
- Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
- Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação.

A implementação de sistemas de acompanhamento de projetos, bem como de arrecadação e gastos do Estado reflete de forma positiva na classificação do *rating* devido dar maior transparência à gestão fiscal, maior dinamismo no processo de arrecadação, inibindo a sonegação, e a racionalização dos recursos.

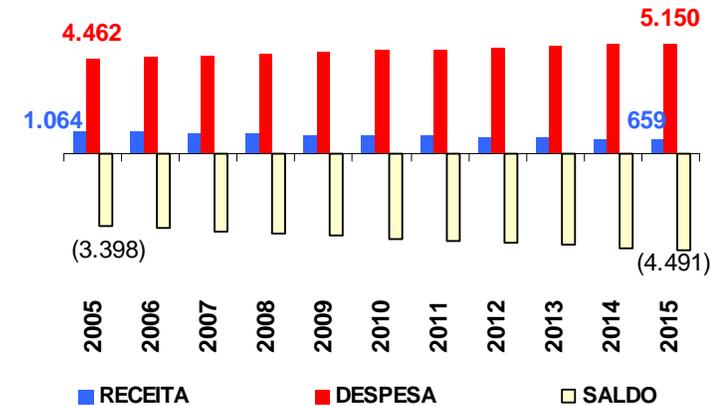
## 8. PASSIVOS CONTINGENCIAIS

### 8.1. Previdência social

O sistema previdenciário do Estado do Rio Grande do Sul tem registrado recorrentes e elevados déficits nos últimos anos. Em 2005, o Estado contava com 173,9 mil servidores ativos e 117,3 mil inativos, incorrendo numa relação de 1,5 contribuintes por beneficiários, tendo se mantida relativamente estável desde 1999.

Para 2006, a previsão é que o sistema previdenciário tenha registrado déficit de R\$ 3,5 bilhões contra R\$ 3,4 bilhões apurados em 2005, um crescimento de 3,2%. Na passagem de 2004 para 2005, o déficit cresceu 4,3%. O déficit observado em 2006 foi fruto de pagamentos da ordem de R\$ 1,027 bilhão e contribuições dos servidores de R\$ 4,534 bilhões. Para agravar a situação do quadro do déficit previdenciário no Estado, em 2006 houve alta de 1,6% nos pagamentos e queda de 3,4% nas contribuições, fato este que tem acelerado a deterioração do déficit previdenciário do Estado.

## PROJEÇÃO ATUARIAL - RS



Fonte: Estado do RS

Elaboração: Austin Rating

No exercício de 2004 foi aprovada pela Assembléia Legislativa mudança no marco legal do Sistema de Previdência Social do Estado, que implicou nas seguintes alterações:

- i) A contribuição mensal dos servidores civis e dos militares ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul – RPPS/RS passou de 7,4% para 11% sobre o salário de contribuição para servidores ativos; de 5,4% para 11% sobre a parcela que exceder o limite previsto no Regime Geral de Previdência Social para inativos e pensionistas, sendo que, estas últimas não recolhiam contribuição previdenciária;
- ii) Aos servidores militares, ativos e inativos, estão mantidas as alíquotas anteriores, ou seja, 7,4% para os ativos e 5,4% para os inativos, ambas por Liminar Judicial. O Estado contestou ao STF e a matéria ainda está tramitando;
- iii) A eventual diferença entre o valor necessário ao pagamento das aposentadorias e pensões e o valor das contribuições previdenciárias, em decorrência de recolhimentos insuficientes para o pagamento dos benefícios, continuará sendo objeto de transferência de recursos do Estado, a cargo de dotações orçamentárias próprias de cada poder.

Por meio da Lei Estadual nº. 12.395, de 15 de dezembro de 2005, o Instituto de Previdência do estado do Rio Grande do Sul – IPERGS – foi reestruturado, confirmando essa autarquia como gestora única do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS/RS – e do Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado – IPE SAÚDE.

As mudanças citadas nos tópicos acima não exauriram o processo de reforma de previdência social do Estado, uma vez que tramita na Assembléia Legislativa Projeto de Lei Complementar nº. 90/2004, que reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul – RPPS/RS, tendo como órgão gestor único de previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul.

A expectativa é que as transformações institucionais e financeiras no Sistema de Previdência Estadual produzirão efeitos mais relevantes no longo prazo. Os resultados do estudo de avaliação atuarial do sistema previdenciário do Estado, apontam que o impacto decorrente da Emenda Constitucional 41/03 tem implicações favoráveis para o plano de previdenciário do Estado. Os resultados e projeções atuarial do regime de previdência estadual apontam para um equacionamento do déficit no período aproximado de 75 anos.

A atual situação do déficit previdenciário do Estado, mesmo que com medidas em curso para seu equacionamento, reflete de forma negativa na classificação do *rating*, pois desloca um volume grande de recursos que poderiam ser utilizados para amortizar dívida fundada, ou outros passivos contingenciais, ou alocado em investimentos que permitissem maior dinâmica ao desenvolvimento e crescimento econômico da região.

## 8.2. Precatórios

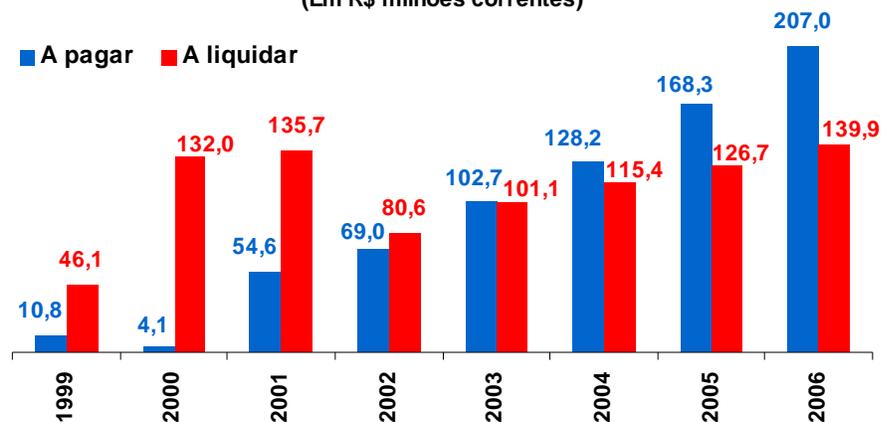
Os precatórios são ordens de pagamento contra a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) originadas a partir de sentenças judiciais transitadas em julgado (art. 100, Constituição Federal de 1988), constituídas em processo formado no juízo da execução, as quais não cabem mais recursos, para satisfazer o credor-exeqüente. Os precatórios podem ser dos seguintes tipos: Trabalhistas, alimentares e não alimentares.

Os pagamentos dos precatórios são realizados seguindo as regras estabelecidas na legislação, como segue: ordem cronológica, espécie, seqüestro, pequeno valor, valor suplementar, crime de responsabilidade, prazo para liquidação, compensação tributária e intervenção federal.

Conforme o Balanço Patrimonial do Estado, o saldo contábil dos precatórios de responsabilidade da Administração Direta, a valores históricos era, em 31 de dezembro de 2006, de R\$ 347,0 milhões, dos quais R\$ 139,9 milhões estavam registrados em “Restos a Pagar não-Processados” e R\$ 207,0 milhões, como “Restos a Pagar Processados”.

O montante que se encontra a liquidar em “Restos a Pagar não Processados” refere-se à atividade 2664 – Cumprimento de Sentenças da Justiça do Trabalho. Em 2004, o Estado pagou apenas R\$ 12,6 milhões de precatórios de um total de R\$ 128,2 milhões apontados em “Restos a pagar processados”, ou seja, menos de 10% do volume transitado e julgado.

### PRECATÓRIOS DO ESTADO DO RS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS (Em R\$ milhões correntes)



Fonte: Balanço Patrimonial do Estado

Elaboração: Austin Rating

O atual governo iniciou seu mandato autorizando o pagamento de pelo menos R\$ 20 milhões aos credores que prestaram serviços de natureza essencial, como combustíveis e alimentação, no valor máximo de até R\$ 8,0 mil. Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado, essa medida faz parte da estratégia de quitar a dívida existente, bem como cumprir a legislação federal. Ainda segundo a Fazenda, a próxima etapa é a negociação das obrigações de maior valor.

A dívida do Estado com precatórios é estimada em R\$ 4,2 bilhões. Atualmente, o Estado paga apenas as requisições de pequeno valor. A Lei nº. 12.585, de 29/08/06, busca viabilizar o pagamento dos precatórios orçados e não pagos. Os dados contidos no Balanço Patrimonial do Estado evidenciam o grande descompasso entre os pagamentos em curso e seu estoque.

O não pagamento de precatórios, ou pagamento parcial do estoque, é ponto importante na avaliação da capacidade de pagamento do Estado, visto que essa prática se apóia em decisões judiciais que levam em média 10 anos para serem resolvidas, portanto, sem qualquer amparo de fatores técnicos concretos que justifique a posição do ente

público quanto ao não pagamento. Neste sentido, é importante destacar que os precatórios são dívidas reconhecidas e não pagas pelos entes públicos, portanto, obrigatoriamente, são contemplados na análise da capacidade de pagamento do ente público. A situação dos precatórios do Estado do Rio Grande do Sul, com destaque para os baixos volumes pagos em relação ao estoque, reflete de forma negativa na avaliação de risco do Estado.

## 9. AVALIAÇÃO DE RISCOS

Visto que a economia do Estado do Rio Grande do Sul é fomentada, em grande parte, pela renda gerada na agropecuária, principalmente na produção de grãos, segmento que o Estado se destaca entre os três principais do país, além do setor de máquinas e implementos agrícolas, na medida em que há contínua valorização do real frente ao Dólar americano, a competitividade do Estado se reduz. Isso porque, os preços dos produtos cultivados na região são, na maioria, cotados no mercado internacional e sofrem com a paridade cambial desfavorável.

Mesmo o Estado sendo um dos principais produtores de grãos e haver a forte expectativa quanto ao aumento da demanda por milho para a produção de etanol nos EUA e China, fato este que pode elevar o preço do produto no mercado internacional, há o risco de da ocorrência de seca prejudicar os produtores, reduzindo o fomento ao crescimento da região.

O orçamento de 2007, aprovado em 2006 pela Assembléia Legislativa, prevê déficit para a execução financeira da ordem de R\$ 2,2 bilhões, sendo provocado pela queda da alíquota de ICMS, pelo crescimento das despesas com pessoal, pelos aumentos concedidos ao funcionalismo que repercutem neste ano e pelo pagamento do 13º salário de 2006 a partir de maio deste ano devido ao empréstimo realizado junto ao Banrisul.

O Estado também tem sofrido com o problema da “guerra fiscal”. Para enfrentar o problema de evasão fiscal o Estado implantou o programa “RS Competitivo” em agosto de 2004, que visa defender as indústrias gaúchas com um conjunto de medidas que reduz a carga tributária, desonera as empresas e da maior competitividade à economia da região.

Em sua maior parte, o programa RS Competitivo foca-se na redução da alíquota do ICMS e na isenção do ICMS para as empresas gaúchas nas compras efetuadas pelo governo. As mercadorias relacionadas às compras do Estado são: medicamentos em geral; Produtos farmacêuticos; Artigos cirúrgicos e laboratoriais; Instrumentos e equipamentos hospitalares e cirúrgicos; gêneros alimentícios; calçados e vestuário (incluindo uniformes); mobiliário em geral; armas, explosivos e munições; veículos; combustíveis e lubrificantes (dependendo da regulamentação via IN).

Há ainda a redução da alíquota de 17% para 12% nas vendas da indústria gaúcha para a União, estados e DF e municípios, sendo administração pública direta, suas autarquias e fundações e os poderes legislativo e judiciário.

As mercadorias que fazem parte da redução de ICMS são: Móveis; Vestuário e Calçados.

Outra parte do programa diz respeito à limitação do crédito fiscal nas entradas de mercadorias oriundas de estabelecimentos localizados em outros Estados e beneficiário de incentivo fiscal em desacordo com a Lei Complementar 24/75. Sendo, créditos fiscais admitidos até o limite do valor do ICMS efetivamente pago ao Estado de origem.

O equilíbrio das contas fiscais do Estado apóia-se numa retomada do crescimento regional estimulado principalmente pelo aumento dos investimentos em infra-estrutura, que amplia a base de arrecadação no médio e longo prazo, bem como pelo fortalecimento da demanda doméstica face à expectativa de retomada da recuperação do emprego e da renda em decorrência da expectativa de aumento da produção agrícola para exportação.

## Classificação da Austin Rating em Escala Nacional

<b>AAA</b>	Elevada capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco quase nulo de <i>default</i> .
<b>AA</b>	Forte capacidade para honrar compromissos financeiros. Risco irrisório de <i>default</i> .
<b>A</b>	Boa capacidade para honrar compromissos financeiros. Situação levemente suscetível a condições econômicas adversas e a alterações circunstanciais. Risco muito baixo de <i>default</i> .
<b>BBB</b>	Capacidade adequada para honrar compromissos financeiros. Risco baixo de <i>default</i> .
<b>BB</b>	Vulnerável no curto prazo para honrar compromissos financeiros, porém há incertezas relativas a condições adversas de negócios e econômicas. Risco médio de <i>default</i> .
<b>B</b>	Mais vulnerável às condições dos negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco alto de <i>default</i> .
<b>CCC</b>	Altamente vulnerável e dependente de condições favoráveis de negócios e econômicas para honrar compromissos financeiros. Risco muito alto de <i>default</i> .
<b>CC</b>	Altamente vulnerável e enfrenta condições de negócios e econômicas adversas sem garantia de honrar compromissos financeiros. Risco altíssimo de <i>default</i> .
<b>C</b>	Compromissos financeiros encontram-se em <i>default</i> com perspectivas remotas de pagamento.

Os ratings de “AA” a “CC” podem conter os sinais de (+) mais ou de (-) menos para identificar uma melhor ou pior posição dentro de uma mesma escala.

**Rating** é uma classificação de risco, por nota ou símbolo. Esta expressa a capacidade do emitente de título de dívida negociável ou inegociável em honrar seus compromissos de juros e amortização do principal até o vencimento final. O *rating* pode ser do emitente, refletindo sua capacidade em honrar qualquer compromisso de uma maneira geral, ou de uma emissão específica, onde é considerada apenas a capacidade do emitente em honrar aquela obrigação financeira determinada.

As informações obtidas pela Austin Rating foram consideradas como adequadas e confiáveis. As opiniões e simulações realizadas neste relatório constituem-se no julgamento da Austin Rating acerca do emitente, não se configurando, no entanto, em recomendação de investimento para todos os efeitos.

Para conhecer nossas escalas de *rating* e metodologias, acesse: [www.austin.com.br](http://www.austin.com.br)

® Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer modo ou por outro meio, eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer outro tipo de sistema de armazenamento e transmissão de informação, sem prévia autorização, por escrito, da Austin Rating Serviços Financeiros Ltda.